



ANA CARLA DA SILVA CAVALCANTI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM:
O CASO DE POMBAL/PB**

João Pessoa

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CARLA DA SILVA CAVALCANTI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM: O
CASO DE POMBAL/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Dr. Henrique Zeferino de Menezes.

João Pessoa – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C376p Cavalcanti, Ana Carla da Silva.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM: O CASO
DE POMBAL/PB / Ana Carla da Silva Cavalcanti. - João
2019.

39 f. : il.

Orientação: Henrique Zeferino Menezes.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. ODM. 2. Políticas Públicas. 3. Municipalização. 4.
Desenvolvimento. I. Menezes, Henrique Zeferino. II. Título.

UFPB/CCSA

ANA CARLA DA SILVA CAVALCANTI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM:
O CASO DE POMBAL/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 23/05/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Lilitiana Ramalho Fróio
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

PARTICIPAR POR SKYPE

Profa. Me. Xaman Korai Pinheiro Minillo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DEDICATÓRIA

*À Deus, que me deu forças e me capacitou
para a realização deste trabalho*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e proporcionar a força necessária para seguir em frente.

Agradeço a minha amada Mãe, por ser essa mulher maravilhosa e guerreira, que fez possível a realização de todo o processo para a minha graduação. A minha sobrinha Elde, que esteve ao meu lado, me incentivando.

A todos os professores do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, por compartilharem seus conhecimentos comigo durante minha formação acadêmica. Em especial, ao meu orientador, Professor Henrique Zeferino de Menezes, por aceitar o desafio de ser meu orientador; as Professora Xaman Minillo e Professora Aline Conti, por toda a atenção, orientação e amizade que me dedicaram ao longo do curso.

Aos colegas e amigos que a graduação me presenteou, em especial, Yolanda Patrícia; Barnabé Lucas, José Raylton, Érick Vieira, Mayze Azevedo e Thaisy Caroline, que no momento mais difícil na realização deste trabalho me auxiliaram.

Aos funcionários do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, Jucielli, Glaudicéia, Marcos, Leandro, Fernando e Anna Priscila, pelo atendimento, eficiência e simpatia. Sempre prontos a ajudar.

E a todos os meus familiares, principalmente, meu irmão Marcus, minhas sobrinhas Carol e Bruna, meu querido avô, tio Afonso e tias queridas pelo apoio.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos municípios brasileiros, em especial, no Município de Pombal/PB. A implementação dos ODM nos municípios é uma estratégia da ONU, que ficou conhecida no Brasil, como “Municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. A partir da municipalização houve maior interação entre os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal). O alinhamento das políticas públicas a Agenda foram fatores muito importantes para o alcance das metas. O Brasil é apresentado pelas Nações Unidas como exemplo a ser seguido e o município de Pombal, no Estado da Paraíba apontada como caso de sucesso dos ODM. Isto posto, levantamos as iniciativas, programas e ações da prefeitura de Pombal, frente aos desafios da Agenda ODM e quais resultados obtidos a partir destas iniciativas para melhor compreender como foi realizada a implementação de uma Agenda global em nível local.

PALAVRAS-CHAVE: ODM, Políticas Públicas, Municipalização, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the implementation of the Millennium Development Goals in the Brazilian municipalities, especially in the Municipality of Pombal / PB. The implementation of the MDGs in municipalities is a UN strategy, which became known in Brazil as "Municipalization of the Millennium Development Goals". From the municipalization, there was greater interaction between the three levels of government (Federal, State and Municipal). The alignment of public policies with Agenda was a very important factor in reaching the goals. Brazil is presented by the United Nations as an example to be followed and the municipality of Pombal, in the state of Paraíba pointed to as a success case for the MDGs. This brings us to the initiatives, programs and actions of the Pombal city, facing the challenges of the MDG Agenda and the results obtained from these initiatives to better understand how the implementation of a global Agenda at the local level was accomplished.

KEYWORDS: MDG, Public Policies, Municipalization, Development

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AOD** – Assistência Oficial ao Desenvolvimento
- CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- HIV** – Vírus da Imunodeficiência Adquirida
- IBAS** – Índia, Brasil e África do Sul
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFIs** – Instituições Financeiras Internacionais
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- NACAP** – Núcleo de Apoio a Criança e Adolescente de Pombal
- ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- PAE** – Programa de Ajuste Estrutural
- PBF** – Programa Bolsa Família
- PBS** – Programa Brasil Sorridente
- PEB** – Política Externa Brasileira
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PNMPO** – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PSE** – Programa Saúde na Escola
- PSF** – Programa Saúde da Família
- SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SG-PR** – Secretaria Geral da Presidência da República
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- UPA** – Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Os Oito Objetivos do Milênio.....	15
Figura 2: Mapa – Mortalidade Infantil – Média Brasil e Regiões.....	25
Figura 3: Mapa – Mortalidade Infantil – Média Municípios.....	26
Figura 4: Mapa de Pombal.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: 25 programas propostos pelo Governo Federal.....	28
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - BREVE APRESENTAÇÃO DOS ODM.....	15
1.1 A implementação dos ODM no Brasil.....	17
1.2 Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.....	20
CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ODM.....	22
CAPÍTULO III - MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM.....	27
3.1 Município De Pombal E A Municipalização Dos ODM	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

Em 2001, a ONU, apresentou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que são o desdobramento da Declaração do Milênio, elaborada no ano anterior, pelas Nações Unidas, na Cúpula do Milênio, com a participação de líderes de 191 países. Estes Objetivos, em um total de oito, são: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O foco desses Objetivos é o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, através da erradicação da extrema pobreza e para isso a ONU usou o conceito de Desenvolvimento Humano, visando a “ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. (PNUD, IPEA, FJP, 2013,p.23)

O Brasil com experiência no combate a fome, aderiu a Agenda e não tardou em obter êxito em muitas das metas dos ODM a nível nacional, pois contava em sua Agenda nacional com políticas públicas que podiam ser alinhadas à Agenda global. Durante a vigência dos ODM (2001 – 2015), o país foi governado por três diferentes presidentes (FHC, Lula e Dilma), com perfis singulares, sem, no entanto, impedir o êxito nos resultados esperados. Algumas metas são alcançadas antes do prazo estabelecido (2015) contudo ao desagregarem os dados por regiões. Estes apresentam lacunas a serem preenchidas, em especial nas regiões Norte e Nordeste. A ONU ao considerar esses resultados propôs a implementação dos ODM em locais mais remotos e nos municípios, pela proximidade da população com o poder local e estes terem conhecimento da realidade que o cerca. Esta estratégia no Brasil, ficou conhecida como Municipalização. (BRASIL, 2015a, p.4)

A municipalização dos ODM, ou a adesão aos Objetivos pelos municípios, proporciona a estes maior visibilidade em âmbito nacional e a possibilidade de uma gestão mais participativa, tendo maior envolvimento da população e mobilidade da sociedade civil nos problemas locais e soluções práticas para estes. Para que os municípios possam alcançar êxito nas metas dos ODM, o Governo Federal elabora uma Agenda de Compromissos entre estes (Governos Federal e Municipal) e Prêmios para o reconhecimento das Boas Práticas e alcance das metas. A orientação dada pelo Governo Federal aos municípios, será o alinhamento das políticas e programas as metas dos ODM.

O Brasil então ultrapassa algumas metas e fica próximo de alcançar as metas restantes, tornando-se exemplo para os demais países, com o Programa Fome Zero sendo reproduzido por diversos países, até pela própria ONU. Ocasionalmente, ao final da vigência dos ODM, a escolha do Município de Pombal, no estado da Paraíba, como o caso de sucesso das Nações Unidas em relação a Agenda ODM.

O presente trabalho tem como principal propósito analisar como a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pelos municípios, através da estratégia de municipalização dos Objetivos transformou uma pequena cidade do estado paraibano, no sertão nordestino, em exemplo de sucesso da ONU. Para isso, serão analisadas quais políticas públicas, programas e ações implantadas no município foram direcionadas ao alcance das metas propostas,

respondendo assim a seguinte pergunta: Quais políticas públicas propostas no âmbito nacional, foram implementadas pelo Município de Pombal/PB e alinhadas para o alcance das metas dos ODM, tornando-o, caso de sucesso da ONU?

O primeiro capítulo abrange a apresentação dos Objetivos do Milênio, sua concepção, elaboração, finalidade e trajetória em nível global e regional, além do conceito de Desenvolvimento Humano concebido pela ONU. Quais e quantos são os ODM, a implementação destes no Brasil e um a breve descrição do Movimento Nacional da Cidadania e Solidariedade.

O segundo capítulo, discorrerá a respeito de políticas públicas, conceito e finalidade. Algumas das políticas e programas elaborados pelos governos que presidiram o país durante a vigência dos ODM e uma breve fala sobre políticas públicas de cada governo.

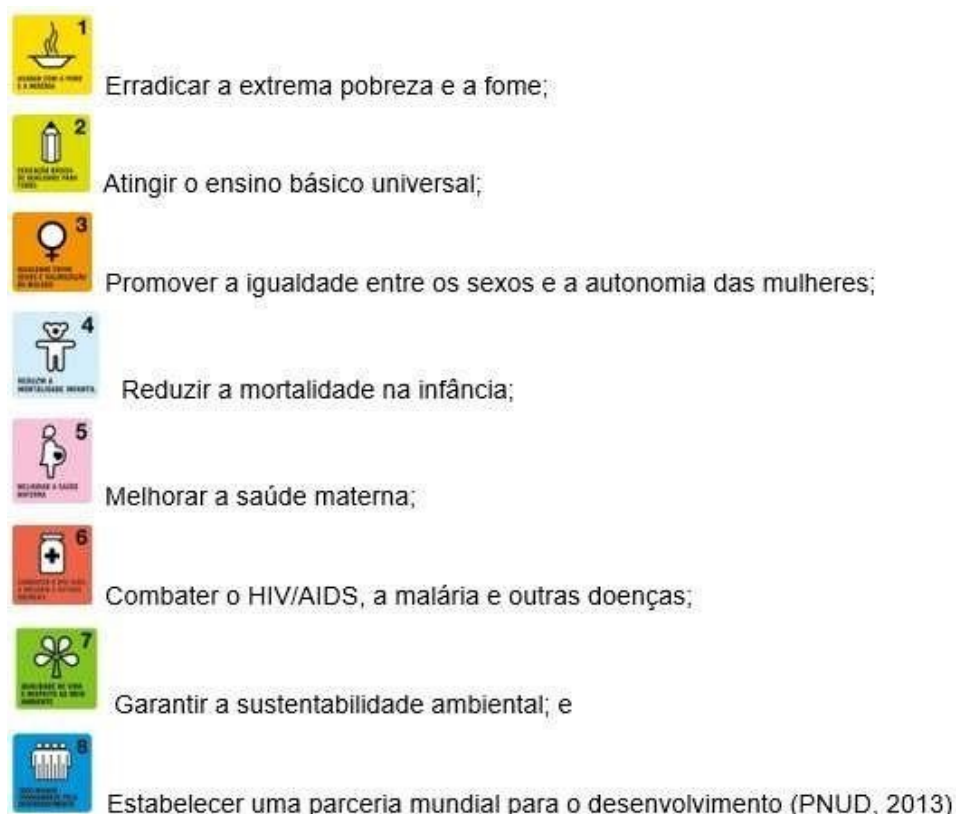
No terceiro capítulo, será descrita a estratégia de municipalização, qual a sua finalidade e diretrizes e como se realizou a adesão dos ODM pelos municípios. E finalmente, será apresentado o município de Pombal no estado da Paraíba, e as políticas e ações que este adotou para o alcance das metas dos ODM. Dentre as políticas públicas adotadas, quais foram propostas pelo Governo Federal e como a implementação de uma agenda global foi realizada em nível local.

CAPÍTULO I - BREVE APRESENTAÇÃO DOS ODM

Em setembro de 2000, durante a Cúpula do Milênio, em Nova Iorque, a Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com líderes de 191 países, idealizaram a Declaração do Milênio. Como desdobramento desta Declaração, foram aprovados em 2001, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), durante a 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações. (BRASIL, 2015a; ANDRADE, 2013; LIMA, 2017, NAÇÕES UNIDAS, 2000)

Oito Objetivos foram elaborados e para facilitar a sua execução, as Nações Unidas elaborou 18 metas e 48 indicadores com a finalidade de orientar os países em como alcançar os resultados esperados para cada objetivo. Essas metas e indicadores são facilitadores para a implantação dos ODM. De tal maneira que em 2005, após considerações do Secretário-Geral da ONU e das resoluções do World Summit, os Objetivos do Milênio passaram a ser acompanhados por 21 metas e 60 indicadores. (LIMA, 2017, pg. 5; NAÇÕES UNIDAS, 2000) A figura 1 mostra os oito Objetivos do Milênio:

Figura 1: Os Oitos Objetivos do Milênio



Fonte: PNUD, 2013

Uma das principais finalidades da elaboração dos ODM é o desenvolvimento dos países em desenvolvimento através da erradicação da fome e da extrema pobreza. Embora o desenvolvimento dos países tenha sido muito presente nos debates da ONU na década de 2000, desde a década de 1960, foram criadas metas globais relacionadas com essa finalidade, tais como independência de todos países (1960/70), acelerar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, através do aumento de assistência internacional; acabar com a malária

(1960/70), expandir a educação (1960/80), conseguir dos países desenvolvidos maior compromisso com a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). (JOLLY, 2003, pp. 3 e 4) Deste modo, nas décadas seguintes essas metas foram aprimoradas e outras acrescentadas, conforme o surgimento de novos obstáculos ao desenvolvimento. Além das metas não serem totalmente alcançadas, a partir de 1980 houve significativa diminuição da participação dos países desenvolvidos na AOD, gerando preocupação por parte da ONU, pois era nítida a falta de interesse por parte destes. Em parte essa falta de interesse, aconteceu pelo esfriamento no conflito Leste/Oeste (Guerra Fria), que se encaminhava para a sua finalização, embora naquele momento não houvesse uma conscientização do fato. (HULME, 2009 *apud* ANDRADE, 2010, p. 28)

A década de 1980 também foi marcada pelo triunfo do ideário neoliberal e pelo endividamento dos países em desenvolvimento, que acabaram por recorrer às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. Estas instituições para conceder os empréstimos exigiam que os países aplicassem um Programa de Ajuste Estrutural (PAE), que no final não ajudava em nada a economia e desenvolvimento dos países em desenvolvimento, pois eram programas muito austeros baseados no modelo econômico neoliberal adotado pelos países desenvolvidos, principalmente Inglaterra e Estados Unidos. As medidas propostas pelo PAE não estabilizou as moedas desses países e nem aumentava as suas receitas, ao contrário, gerou maior endividamento destes, diminuição na oferta de crédito e aumento da arrecadação de impostos, afetando a renda familiar e a demanda por serviços essenciais, tais como educação e saúde. (ANDRADE, 2010, pp. 27,28 e 29)

Na década de 1990 a ONU cria o conceito de desenvolvimento humano, readquire sua influência e torna essa a década das Conferências Internacionais. Essas Conferências tinham como finalidade estabelecer novas metas globais ou mesmo reestruturar metas antigas que não obtiveram êxito em suas implementações no passado. (ANDRADE, 2013, p 29) O resultado de todas essas conferências foram metas globais aprimoradas, os ODM. E estes são objetivos de desenvolvimento humano, que se adotados e cumpridos, possibilitam a chance de construir um mundo melhor e mais justo para todos e todas.(ONU,2015a, p.) Conforme PNUD (2013), desenvolvimento humano é um “processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. (PNUD, 2013, p.23). O desenvolvimento humano vai além do crescimento econômico e aumento de renda; são consideradas as capacidades e oportunidades das pessoas. Este desenvolvimento é medido pela qualidade de vida de uma população considerando a influência de suas características culturais, sociais e políticas. (PNUD, 2013, p.23)

Esse conceito criado pela ONU, foi baseado no pensamento de Amartya Sen. Sen (2000) entendia o “desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. (SEN, 2000, p.17) Sen (2000), considera que a ausência das liberdades substantivas são em alguns casos diretamente relacionados com a pobreza econômica quando esta tira das pessoas a liberdade de saciar a fome de maneira nutritiva e satisfatória: o acesso a remédios para doenças tratáveis, melhores vestimentas, moradia apropriada e acesso a água tratada e ao saneamento básico. Em outros casos, a privação à liberdade relaciona-se a carência de serviços públicos e assistência social, tais como ausência de programas epidemiológicos, sistemas bem planejados de assistência médica e de educação ou instituições eficazes para a manutenção da paz

e da ordem local. E ainda há os casos aonde a negação aos direitos civis e políticos por regimes autoritários, privam a participação na vida social, econômica e política da comunidade. (SEN, 2000, p. 17,18)

Dito isto, compreendemos que através dos ODM o que se propõe é a construção das capacidades individuais ofertando serviços essenciais, principalmente de educação e saúde e gerando oportunidades de emprego, assegurando o bom aproveitamento das capacidades. (HAQ, 1995 apud ANDRADE,2013). Em vista disso, as metas e indicadores foram apresentados de forma igualitária para todos os países, com cada nação adequando os desafios à sua realidade local, podendo acrescentar outras metas às existentes, pois essas metas não foram criadas como modelo único, mas como diretrizes em que os países pudessem adequar ou aprimorar à sua realidade nacional ou regional visando o seu comprometimento com a aceleração do desenvolvimento humano. (BRASIL, 2015a)

Os ODM foram reconhecidos como uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento. Não obstante, o modo como ocorreu a formulação da Agenda recebeu algumas críticas. Conforme BARCELLOS & CARVALHO (2015), as decisões relativas à quais metas globais fariam parte da Agenda ODM, tratou-se de um jogo político e de poder. Essa crítica baseia-se no fato dos países desenvolvidos terem decidido a forma e o modo, como os países em desenvolvimento deveria proceder, sem oportunidades de debate. (BARCELLOS, CARVALHO,2015, p.12)

Não obstante, a Agenda ODM foi bem aceita pelos países. Devido em parte ser este o resultado das várias conferências internacionais que ocorreram a partir da década de 1960 e também apresentava uma metodologia fácil de ser seguida e adaptada à realidade de cada país. Entretanto, não é uma Agenda pronta, mas em evolução.

1.1 A implementação dos ODM no Brasil

O Brasil desde sua independência pretende uma projeção internacional, seja aproximando-se de seus vizinhos, uma vez que sempre houve desconfiança por parte destes em relação ao Brasil (por sua grande extensão e diferente regime político), ou seu alinhamento com a Inglaterra e EUA, em situações e momentos diversos, ou mesmo em seu flerte com a URSS (União Soviética). (CERVO & BUENO, 2011)

De fato, o país alcança certa notoriedade ao participar da Primeira Guerra Mundial e ter sido membro temporário da Sociedade das Nações (Liga das Nações), além de sua diplomacia pacífica. Em função disto, não causa espanto a sua adesão em 1948 aos direitos humanos, logo após a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, rendendo-lhe experiência regional (Conselho Interamericano de Direitos Humanos) e global (Comissão dos Direitos Humanos da ONU). No entanto, o golpe militar de 1964, deu início a uma sequência de governos autoritários no Brasil, resultando em ações isolacionistas e defensivas em foros multilaterais. Em 1985, por influência do professor da Universidade de Brasília, Antônio Augusto Caçado Trindade, Conselheiro Jurídico do Itamaraty, o Brasil assume novo papel na defesa e promoção dos Direitos Humanos, interna e externamente. (CERVO & BUENO, 2011, pp. 499 – 501)

Os Direitos Humanos passam a fazer parte do pensamento político do país. A prova de tal fato se encontra na Constituição Federal de 1988 em seu artigo primeiro, que a dignidade humana é o fundamento do Estado Democrático de Direito presente no país (Artigo 1º, III, CF). O artigo terceiro estabelece como objetivos fundamentais do Estado brasileiro: garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Artigo 3º, II, III, IV, CF). E o artigo 4º da Constituição também determina a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais (Artigo 4º, II). (SILVA, SILVA, 2011, p.6; CF, 1988, p.46)

Diante dos fatos expostos, compreendemos que devido, em grande parte, à desigualdade existente no país, os objetivos propostos pela Constituição Federal não são executados de forma adequada e igualitária. Entretanto, não ser adequadamente executado, não invalida o fato de se tentar, mesmo de forma precária à promoção desses direitos. Devido a isso, não surpreende a adesão do país à Agenda ODM no ano de 2001, e que não demore em conseguir atingir algumas metas, pois já constava em sua agenda políticas públicas que podiam alinhadas a muitas delas.

E apesar das diferenças entre os resultados nacionais e locais, a ONU aponta o Brasil como exemplo a ser seguido, contudo, propõe aos países que implantem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas regiões mais remotas e nos municípios, por serem estes locais onde a população estaria mais próxima do poder público. Esta estratégia ficou conhecida no Brasil como "Municipalização dos ODM". (BRASIL, 2015a, p.4)

O Brasil não encontra grandes dificuldades em relação às metas, pois este tem farta experiência no combate da fome e pobreza, principalmente por ser um país de dimensões continentais e apresentar grande desigualdade entre as suas regiões. A exemplo disso, podemos citar alguns desastres ambientais recorrentes: secas e enchentes. Enquanto em uma região se fazia necessário ações para dar trabalho e alimentos às famílias devido a falta de chuvas, principalmente nos sertões nordestinos, no Sudeste essas ações eram voltadas às pessoas que perderam suas casas e objetos devido as enchentes.

Em razão disso, o fato de durante a vigência dos ODM, três governantes passarem pela presidência não impede resultados positivos no alcance das metas. Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 – 2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) são os três governantes do Brasil no período de 2001 a 2015.

No governo de FHC, o Brasil participou de diversas Conferências Internacionais e uma delas foi a Rio-92 que tratava do meio ambiente. Apesar de os ODM terem sido aderidos em sua gestão, não se mostra muito entusiasmado com a Agenda. Demonstrando isso nos discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU. Na Cúpula do Milênio em 2000, enviou o Vice-Presidente, Marco Maciel e alguns dias após, na Sessão Ordinária da Assembleia Geral, o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia discursou fazendo duas breves referências à Cúpula, mas não mencionou quais estratégias que seriam utilizadas no combate da fome e da pobreza. Em 2001, Fernando Henrique, discursou na Assembleia Geral da ONU e embora tenha dedicado uma parte do seu discurso ao tema desenvolvimento, e assim como fez Lampreia no ano anterior, não faz menção aos ODM, nem mesmo ao Programa Bolsa Alimentação que havia sido lançado naquele ano. Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores do último ano do segundo mandato de

FHC, segue o mesmo caminho do presidente e não faz referências aos ODM, preferindo fazer uma exposição a respeito da política externa brasileira no período final do governo. (CORRÊA, 2007 apud AN DRADE, 2013; ABRAMOV, CONDÉ, 2014)

Embora foram elaboradas várias políticas públicas de redistribuição de renda, como o Bolsa Alimentação acima citado, estas não eram direcionadas para o cumprimento das metas dos ODM. (ABRAMOV, CONDÉ, 2014). Mas devemos salientar, que embora pouco tenha sido realizado em seu governo em relação aos Objetivos, Fernando Henrique deixa para o seu sucessor um país com a economia e inflação estabilizadas e apesar de uma dívida externa exorbitante, o país obteve um certo grau de desenvolvimento. A política externa deste governo seguia a linha neoliberal até que em seu segundo mandato de gestão elaborou o conceito de globalização assimétrica, de modo cético, abrindo a porta para seu sucessor que o adotou o novo padrão com fim de promover a inserção interdependente do país. (CERVO & BUENO, 2011, p.499)

Lula assume o governo em 2003 e se torna um dos maiores incentivadores na implementação dos ODM. Em seus discursos ou mesmo de seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, nas Assembleias Gerais da ONU, não tardam a enfatizarem todos os planos do país em relação aos ODM. (CORRÊA, 2007 apud ANDRADE, 2013)

Em seu primeiro na Assembleia Geral, Lula já exalta a experiência da FAO e propõe a criação do Fundo Mundial de Combate à Fome. Proposta esta que exigirá mais compromisso por parte dos países ricos. Como o combate a fome e a pobreza sempre estiveram presentes nas políticas públicas brasileiras, para o país em detrimento de muitos países, alcançar êxito nas metas dos ODM, principalmente no ODM 1e 2. De tal maneira que o Programa Fome Zero se torna referência mundial, sendo copiado por muitos países e pela própria ONU. Durante seu governo, Lula muitas das metas serão alcançadas, principalmente pela preocupação em direcionar todas as políticas sociais para alcançar êxito na implementação dos ODM. E todas as suas incursões internacionais seguia m a mesma linha de pensamento, elevar o nível de desenvolvimento do país e combater a fome e pobreza. (ANDRADE, 2013)

Sua política externa usou o modelo que Cervo & Bueno (2011), chamam de paradigma logístico. Esse modelo, concebido por FHC e aplicado por Lula, vai agir em favor dos países emergentes, onde não mas haverá concordância com o mercado internacional quando este favorecer somente aos países ricos. Se outrora querem vantagens, terão que dar algo em contrapartida. (CERVO & BUENO, 2011) Conforme Cervo & Bueno (2011):

“ Logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia na época do desenvolvimentismo, nem assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais, aos quais repassa responsabilidade e poder”. (CERVO & BUENO, 2011, p.529)

Ao término de seu segundo mandato em 2011, Lula deixa o país com muitas das metas alcançadas ou em vias de serem alcanças.

No governo de Dilma Rousseff, esta deu continuidade aos programas, projetos e ações para o alcance das metas dos ODM do governo anterior, além de ter agregado outros programas aos já existentes e criar novos. Entretanto não apresentou o mesmo entusiasmo nos discursos na ONU. O governo Dilma é marcado por um período de contenção e apesar de manter o mesmo sistema desenvolvimentista do governo anterior, o mantém de forma mais comedida, preferindo se concentrar na resolução dos problemas internos, deixando a política externa em banho-maria. (SARAIVA, 2014)

Durante sua gestão ocorreram a nível mundial e nacional os debates para os novos Objetivos que sucederiam os ODM, os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). A nova Agenda contou com a participação da sociedade civil, ONG'S (Organizações Não Governamentais) e OI's (Organismos Internacionais) e dos cidadãos nos debates sobre quais assuntos relevantes para a sua elaboração. Além de assuntos como paz, justiça entre outros que não foram contemplados nos objetivos anteriores, estes são inseridos nos debates da nova Agenda, que ficou conhecida como Agenda 2030 (Agenda Vinte Trinta). Nesta Agenda foram agregados mais objetivos. Enquanto os ODM continham 8 objetivos, a nova Agenda tem 17 objetivos, 169 metas e 231 indicadores em sua elaboração, hoje são 244. (SARAIVA, 2014)

Ainda no início da gestão do governo Lula, foi criado o Movimento Nacional de Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos, para maior disseminação e articulação dos ODM entre os setores da sociedade, promovendo os Objetivos em nível nacional, estadual e municipal.

1.2 Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos é um movimento de voluntários apartidário, ecumênico e plural da Nação brasileira que visa ao alcance dos ODM, criado em 2004, pelo Governo Federal, PNUD e organizações sociais e empresariais. (MNCS, 2011)

O MNCS/ Nós Podemos, tem como princípios institucionais: Visão: O Brasil como referência mundial no alcance dos ODM, com a participação integrada de governos, empresas e sociedade civil; Missão: Articular e integrar os setores da sociedade para promover o alcance dos ODM, e m nível nacional, estadual e municipal. (MNCS, 2011)

O MNCS/ Nós Podemos é coordenado por uma Secretaria Nacional, que promove diretrizes e parcerias no âmbito nacional e internacional; integrar informações e a dissemina; apoia ações do Movimentos Nós Podemos constituídos e fomenta a constituição de Movimentos Nós Podemos onde ainda não existem. (MNSC, 2011)

Poderão se constituir em Movimento pela Cidadania e Solidariedade/Nós podemos, em nível estadual e municipal, entidades públicas e privadas, Organizações da sociedade civil e cidadãos comprometidos com os ODM, que funcionarão de forma autônoma em seus planos de trabalho sendo responsáveis pela elaboração, execução e administração dos mesmos de forma física e financeira, assim como a implementação de ações necessárias para o alcance dos ODM, sempre em sintonia com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Todos os núcleos informarão à Secretaria Nacional seus planos de ação, sua constituição e estrutura e esta será responsável por criar uma rede de informações, além da confecção de todo o material de

marketing, tais como slogan, além de realizar reuniões para melhor envolvimento e conhecimento das ações e seus resultados. (MNCS, 2011)

O MNCS/Nós Podemos, trabalha em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pela Secretaria da Presidência, que acompanham e incentivam os projetos voltados para o alcance dos ODM. Foram os que mais incentivaram a implementação dos ODM nos Estados e Municípios, além de acompanharem os resultados.

A adesão dos ODM tornou possível aplicar as políticas públicas pelos governos federal, estadual e municipal, com objetivos claros e diretos. Além de maior participação da sociedade civil, instituições públicas ou privadas e a própria população na implementação dessas políticas, gerando mais eficácia em seus resultados.

CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ODM

Para Souza (2006), a importância das políticas públicas se deve a adoção de políticas restritivas de gastos, que dominou a agenda dos países, principalmente os em desenvolvimento, dando maior visibilidade ao desenho e execução de políticas públicas, tanto econômicas como sociais. As novas visões a respeito do papel do governo diante da mudança do modelo econômico, do bem estar social, aplicado durante o pós-guerra, para um modelo de ajuste fiscal, que restringe a intervenção do Estado na economia e políticas sociais, a partir dos anos 1980. E por fim, a dificuldade encontrada por alguns países, principalmente os em desenvolvimento e, em especial os da América Latina, em “desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população”. (SOUZA, 2006, pg.1) Souza (2006), conceitua política pública:

Como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, por mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de políticas públicas é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2006, p.5)

Há vários tipos e conceitos de política pública, mas não iremos nos aprofundar nesse sentido. Entretanto, compartilharemos de uma síntese elaborada por Souza (2006) sobre política pública

:

- Distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;

- Envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais também são importantes;
- É abrangente e não se limita a leis e regras;
- É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- Embora tenha impactos a curto prazo, é uma política de longo prazo;
- Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 14)

A elaboração e implementação de políticas públicas compreende a participação de vários atores, tais como: governo, instituições públicas e privadas e sociedade civil. As decisões que definirão a composição da agenda do governo, não dependerão somente deste, mas alguns fatores serão predominantes para tais decisões. O primeiro é distinguir qual problema deve em detrimento de outros, constar da agenda, assumindo que algo deve ser realizado a respeito deste. Segundo o resultado é afetado pela definição e reconhecimento do problema, isto é, deve-se haver uma conscientização coletiva a respeito do problema e de sua resolução (mudança da forma de ver o mundo). E em terceiro, quais serão os atores que participarão da decisão, elaboração e implementação dessa política. (SOUZA, 2006)

Em referência à resposta de uma Nação ou Estado a novos desafios, podemos exemplificar em como o Brasil respondeu às metas da Agenda do Milênio (ODM). Ao ratificar os ODM, assume diante da Comunidade Internacional, um audacioso desafio. Audacioso, devido à longa experiência do país no combate à fome e mesmo assim ter um índice muito alto no país. Outro fator é conseguir com que as metas dos oito Objetivos sejam alcançadas, considerando aqui, a imagem do país diante do Sistema Internacional.

Entretanto, o país ao ratificar os ODM em 2001, apresenta políticas sociais voltadas para o alcance das metas dos ODM, embora não tenham sido elaboradas com este propósito, mas sim já faziam parte agenda do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no final de seu segundo mandato. Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ao assumir o governo tem na Agenda ODM, a oportunidade de mudar a imagem do país. E longe de elaborar novas políticas públicas, ele absorve as políticas deixadas pelo seu antecessor e as aprimora em uma única política.

(CERVO & BUENO, 2011; ABRAMOV, CONDÉ, 2014) As políticas herdadas de FHC foram:

- Bolsa Escola
 - Vale Gás ou Auxílio-Gás
 - Bolsa Alimentação
 - Programa de Combate a Aids
 - Lei de incentivo aos Medicamentos Genéricos
 - Cadastro Único das pessoas beneficiadas com projetos sociais
 - Criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
- (ABRAMOV, CONDÉ, 2014)

Relacionamos essas políticas, por terem sido apresentadas no ano de 2001, entretanto durante o governo de FHC (1995 – 2002), foram elaboradas e implementadas outras políticas e projetos que se poderiam ser relacionados aos Objetivos do Milênio. (ABRAMOV, CONDÉ.

2014)

Em 2003, Lula apresentou o programa Bolsa Família, que reuniu os programas já existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás. Outro programa que é absorvido e aperfeiçoado no governo Lula, é o Cadastro Único. Entretanto, muitos outros programas foram elaborados por este governo, voltadas para o alcance das metas. Todos os esforços a partir de então foram concentrados nos ODM. Observamos isso a partir do discurso do Presidente Lula, na Assembleia da O NU em 2003, “adotamos as Metas do Milênio como referência obrigatória para as nossas políticas públicas” (CORRÊA, 2007 apud ANDRADE, 2013) Mas, sem sombra de dúvidas, o Programa Fome Zero, foi a menina dos olhos do Presidente, por ser esta uma realização de uma proposta de política de Segurança Alimentar apresentada em 2001, pelo próprio Lula, então candidato à presidência, para tornar o país, assim como o próprio programa, referências mundiais. (SILVA, 2010. P.8)

Listaremos algumas das principais projetos e iniciativas do governo Lula:

- Bolsa Família
- Fome zero
- Minha Casa Minha Vida
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
- Programa Crescer – Microcrédito Produtivo Orientado
- Programa ProInfância
- Programa Mais Educação
- Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero
- Pacto Nacional para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
- Lei Maria da Penha
- Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis
- Construção de Cisternas
- Políticas de abastecimento de água, esgoto e resíduos sólidos (BRASIL, 2015a)

Estes são os programas mais conhecidos do governo Lula, e além dos que não foram aqui apresentados, possibilitaram ao país alcançar as metas dos ODM, em muitos casos, antes do prazo estipulado pela ONU. Lula deixa uma herança considerável em políticas públicas para a sua sucessora, Dilma Rousseff. Esta, como citado no capítulo anterior, dará continuidade aos programas e projetos em andamento e agregará outros aos já existentes. O programa mais notório na gestão da presidenta. Foi o Programa Mais Médicos, que tinha como objetivo de proporcionar atendimento médico em lugares onde a oferta era deficitária ou mesmo inexistente, como o caso das populações ribeirinhas no Amazonas e o Programa Brasil Sem Miséria. (BRASIL, 2015a)

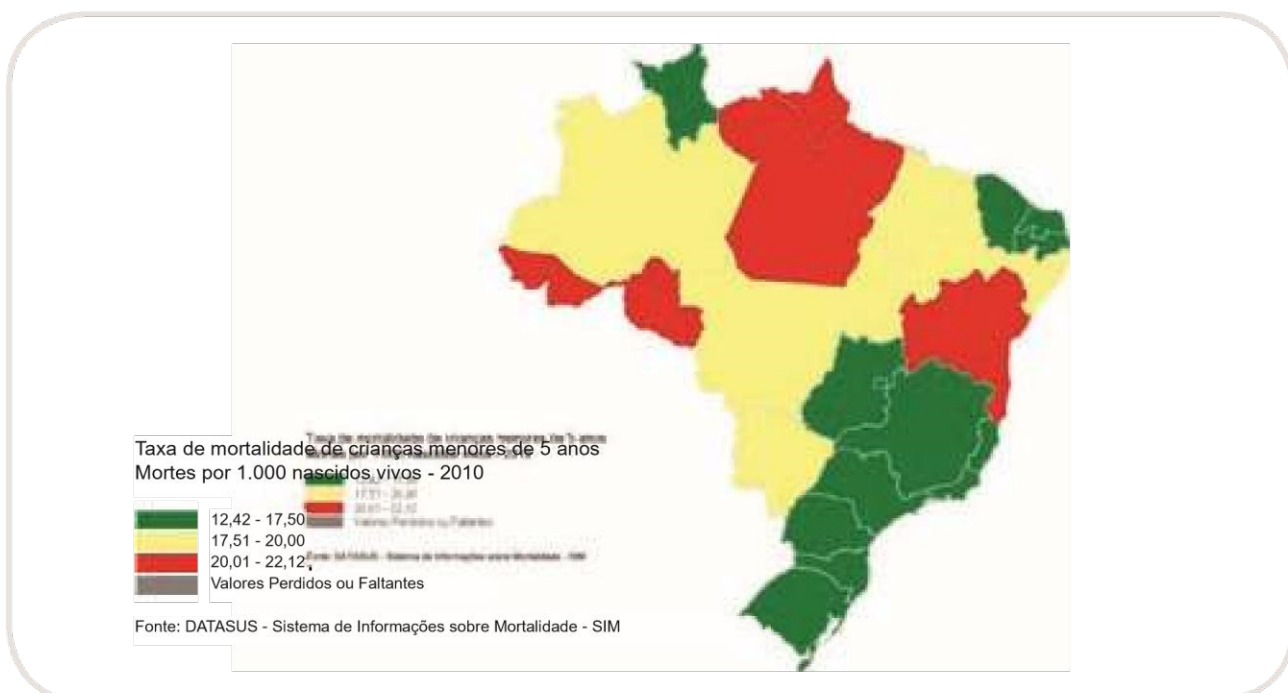
Contudo, em 2009, apesar de todos os programas, projetos e ações do Governo Federal, verifica-se a existência de lacunas nos resultados a nível nacional referentes à alguns ODM. Quando os dados foram apresentados agrupados, mostravam totalidade no êxito no alcance das metas, mas quando estes eram separados por região, havia ainda lacunas a serem preenchidas, a

exemplo do que aconteceu com os resultados globais. Pode-se perceber esse fato a partir dos mapas a seguir, com dados de 2010: que mostram a situação do Brasil em relação à mortalidade infantil:

Analisando o mapa referente aos resultados em nível nacional da taxa de mortalidade infantil, relativo ao ODM 4, entendemos como aparentemente o Brasil alcançou essa meta bem antes do período estabelecido. Ao desagregar os dados por região percebe-se que existem lacunas a ser preenchidas, e que a média nacional foi alcançada devido ao êxito das regiões sul e sudeste. Quando demonstrado os resultados com base nos municípios, fica muito mais perceptível revela a desigualdade no país. (MNCS/PNUD/SG-PR, 2011) Outros indicadores dos ODM também ao serem desagregados tiveram resultados semelhantes.

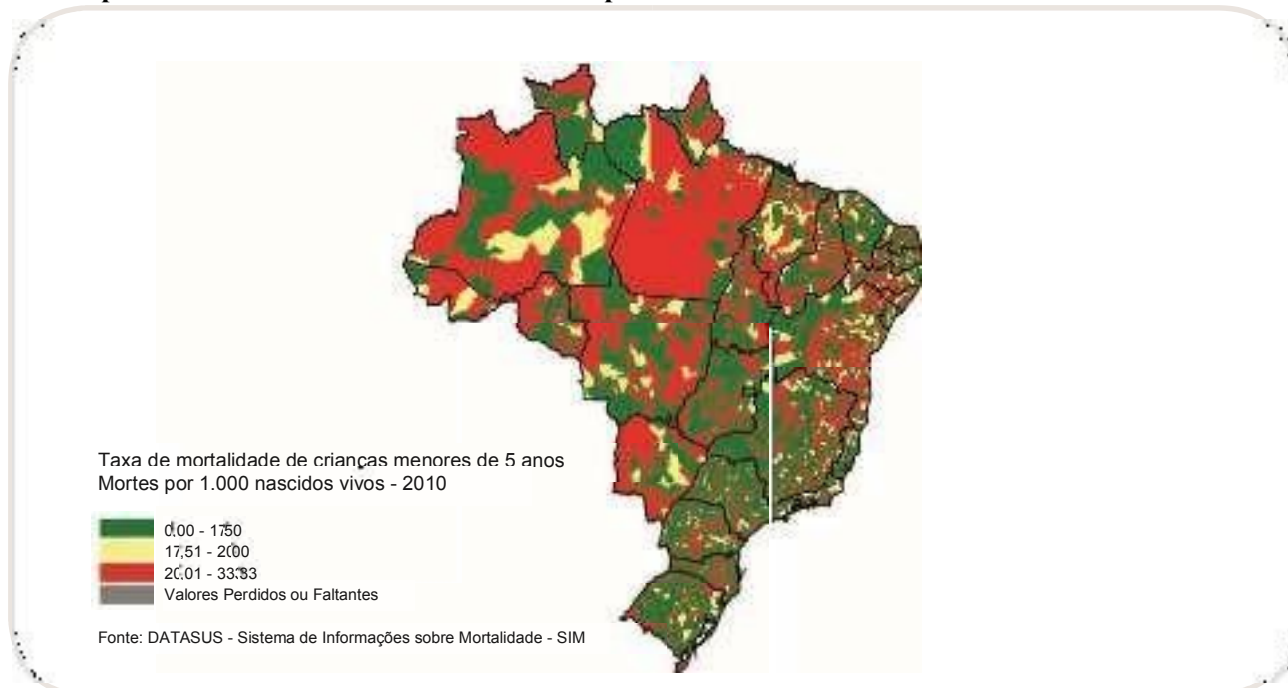
No caso brasileiro, as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentavam maiores índices deficitários. Diante deste quadro e por não ser o Brasil o único país a apresentar tal dificuldade, a ONU, sugere a implementação dos ODM “nas regiões mais remotas e nos municípios, locais onde a população está mais próxima do poder público e onde a cidadania se fortalece.” No Brasil esta estratégia chama-se “Municipalização dos ODM”. (BRASIL, 2015)

Figura 2 – Mapa Mortalidade Infantil – Média País e Regiões



Fonte: MNCS/PNUD /SG-PR -2011– Municipalização dos ODM e participação social – Disponível em:
<http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/sistema-de-assessoramento-federativo-sasf/reunioes/2011/06-12-2011/apresentacao-belo-horizonte-wagner.pdf/view>

Figura 3: Mapa Mortalidade Infantil – Média Municipal



Fonte: MNCS/PNUD /SG-PR -2011– Municipalização dos ODM e participação social – Disponível em:
<http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/sistema-de-assessoramento-federativo-sasf/reunioes/2011/06-12-2011/apresentacao-belo-horizonte-wagner.pdf/view>

CAPÍTULO III - MUNICIPALIZAÇÃO DOS ODM

Através da Constituição Federal de 1988, os municípios conseguem maior participação na gestão dos recursos do país, conforme texto do Art. 30º. Não obstante, podemos observar que a prática não precede à teoria. Conforme Dowbor (2015), a Constituição Federal de 1988, além da gestão de recursos pelos municípios, “prevê inclusive o desenvolvimento de formas de participação direta, ao lado do sistema formal de representação.” (DOWBOR,2015,p. 7) Entretanto, a trajetória de descentralização e participação direta que esses entes subnacionais deveriam seguir, apresenta muitos desvios e obstáculos. Resultando em serviços (direitos) precários e muitas vezes inexistentes. (DOWBOR,2015,pp.7 e 8)

Diante deste fato, quando os resultados em relação às metas dos ODM têm seus dados reagrupados por regiões, e aferido que em muitos municípios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, seus resultados estavam distantes do alcance dos Objetivos, voltam-se para estes as atenções. A ONU então, propõe que seja realizada a municipalização dos ODM (como ficou conhecido no Brasil), isto é, todos os esforços no alcance das metas deveriam ser direcionados para os municípios, principalmente, porque estes poderiam facilitar a resolução dos problemas e dificuldades locais, por sua maior aproximação com a população, conhecendo os problemas por estes enfrentados.(BRASIL, 2015a,p.4)

Diante deste cenário, o Governo Federal elabora em 2009 a **Agenda de Compromissos dos Objetivos do Milênio – Governo Federal e Municípios, 2013 – 2016**. Esta consiste em um pacto entre Governo Federal e Municípios para a execução de ações que melhorem a condição de vida da população de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Ao aderir à Agenda, as prefeitas e prefeitos assumem o compromisso de alcançar os Objetivos do Milênio. Em contrapartida, cada gestor é orientado como implantar programas e projetos do Governo Federal nos municípios de forma autônoma, com suas ações sendo alinhadas aos ODM. (AGENDA PÚBLICA, 2009)

A medida que os gestores atingem as metas do milênio, são certificados anualmente, pelas boas práticas. Eles são acompanhados através de uma plataforma online, desenvolvida pela Secretaria de Relações Institucionais em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, onde os gestores e gestoras se cadastram e nela inserem todos os dados referentes aos resultados de suas ações e programas direcionados aos ODM. Esses dados podem ser acompanhados pelos próprios gestores e pela população. (BRASIL,2015)

Para incentivar aos gestores no alcance das metas, estes concorriam através de suas boas práticas (ações ou iniciativas que causam impacto positivo no município) aos Prêmios ODM, criado em 2004, por meio da Secretária-geral da Presidência da República, em conjunto com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o PNUD. As tabelas a seguir demonstram os 25 programas propostos pelo Governo Federal:

Tabela 1: 25 programas propostos pelo Governo Federal

ODM	Política Pública/ Programa	Indicador
 1	Programa Bolsa Família	Nível de cobertura municipal do programa
	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	Total de agricultores fornecedores
	Proteção Social Básica	Número de atendimentos
 2	Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos	Número de matrículas em educação infantil 4 e 5 anos
	Ampliar a oferta de educação infantil	Matrículas em educação infantil até 3 anos
	Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica	Número de matrículas em tempo integral
	Atingir as médias nacionais para o IDEB	IDEB – Anos iniciais
 3	Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero	Matrículas em educação infantil até 3 anos
	Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher	Total de serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência
 4	Atenção Básica à Saúde	Cobertura de atenção básica
	Mortalidade Infantil	% de óbitos infantis investigados
	Programa Nacional de Imunização	Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+HIB) em crianças menores de 1 ano

Fonte: SG-PR (2010)– Disponível em: <http://www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br>

ODM	Política Pública/ Programa	Indicador
 5	Rede Cegonha 1 - Pré-natal	Proporção de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal/ano
	Rede Cegonha 2 - Partos Normais	Proporção de partos normais
	Rede Cegonha 3 - Mortalidade Materna	% de óbitos de mulheres em idade fértil investigados
 6	Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e Aids	Proporção de pacientes HIV positivo com 1º CD 4 inferior a 200 cel/mm ³ registrado no SISCEL
	Malária	Índice Parasitário Anual - IPA - da malária
	Dengue	Número de óbitos por dengue
	Tuberculose	Taxa de incidência de tuberculose
 7	Abastecimento de Água	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento
	Esgotamento Sanitário	Índice de atendimento urbano de esgoto com rede coletora
	Resíduos Sólidos	% de resíduos recolhidos pela coleta seletiva
 8	Programa Microempreendedor Individual - MEI	Total de MEI existentes
	Esforço Fiscal e a Receita Corrente Líquida	Receita corrente líquida municipal
	Simplex Nacional	Quantidade de optantes por município

Fonte: SG-PR (2010)– Disponível em: <http://www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br>

Ao aderirem à Agenda, cada gestora e gestor deveriam:

- Conhecer os oito Objetivos
- Criar e apoiar Núcleos ODM
- Realizar uma radiografia da situação do município
- Diagnóstico das políticas públicas existentes no município
- Construção de um plano de ação
- Criar um sistema de monitoramento e avaliação

(BRASIL,2015a)

Em síntese, cada município tinha que fazer um panorama da situação real da cidade e de sua população, com todas as possibilidades de resolver os problemas encontrados através da participação da sociedade civil.

Ao propor a Municipalização, o Governo Federal, espera superar as desigualdades regionais, além de atingir de fato todas metas dos ODM. Entretanto, esse processo também contou com a participação dos Estados, instituições nacionais e internacionais, além da sociedade civil.

Através da municipalização, muitos municípios conseguiram melhorias significativas. Dito isto, analisaremos a partir do próximo capítulo quais resultados alcançados no Município de Pombal no Estado da Paraíba e quais iniciativas e políticas públicas foram aplicadas no alcance destes resultados. Esta análise será realizada com o propósito de responder a seguinte pergunta: **Quais políticas públicas propostas no âmbito nacional, foram implementadas pelo Município de Pombal/PB e alinhadas para o alcance das metas dos ODM, tornando-o, caso de sucesso da ONU?**

3.1 Município De Pombal E A Municipalização Dos ODM

Em 1698 foi fundada a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Piancó, pelo Capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, pós expulsão dos índios tapuias, tribos Tarairiús – Curemas e Panatis, que habitavam a região. Em 1772 foi elevada a vila, sendo denominada de Vila Nova Pombal, em homenagem a cidade portuguesa de Pombal. E em 1862 foi elevada a cidade, recebendo o nome de Pombal. (PMP, 2019; CARVALHO, 2013)

Pombal está situado no semiárido nordestino e na Mesorregião do Sertão paraibano e Microrregião nº 003 – Sousa, distante aproximadamente 370 km da capital, João Pessoa. Sua área territorial é de 888,1 km², sendo a segunda maior cidade da Paraíba em extensão, com uma população de quase 33.000 habitantes. Limita-se com os municípios de Lagoa e Paulista ao Norte; Coremas e Cajazeirinhas, ao Sul; São Bentinho e Condado, ao Leste e São Francisco, Aparecida, São Domingos e São José da Lagoa Tapada, ao Oeste. (IBGE,2019)

Figura 4 – Mapa de Pombal



Fonte: Atlas 2013

O Município de Pombal adere a Agenda de Compromissos dos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio, em 2013, e, a então prefeita Pollyana Dutra, coloca em prática o seu plano de governo que havia sido elaborado e estruturado de modo a se alinhar às metas dos ODM, traçando metas e adequando projetos para alcançar os Objetivos. (ODM/BRASIL)

Uma das estratégias usadas pela prefeita está em ter incluído em seu planejamento alguns programas do Governo Federal, principalmente o Bolsa Família e Brasil Sem Miséria. Estes programas possibilitaram o mapeamento da situação das famílias do município, podendo assim encontrar as que estavam em condições de baixa renda ou vivendo em situação de extrema pobreza. Ao identificar essas famílias, principalmente através do CadÚnico, foi dado o mesmo

acesso aos programas de transferência de renda e aos serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica, inclusão produtiva e segurança alimentar. (PARAÍBA, 2015)

Foi criado também o Observatório Municipal dos Objetivos do Milênio, para auxiliar nas ações da gestão e no cumprimento dos Objetivos. Outra estratégia usada pela prefeitura foi a capacitação tanto das famílias, para assim garantir a possibilidade de adquirir uma fonte de renda através do emprego formal, empreendedorismo ou mesmo de empreendimentos de Economia Solidária, e de seus agentes para melhor atenderem a população, em especial as em situação de risco social. Nesse tópico, a capacitação de mulheres prioridade. (PARAÍBA, 2015)

O principal órgão Municipal na gestão dos projetos e ações da prefeitura, foi a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Para atender e acompanhar as famílias assistidas pelos Programas Bolsa Família, Brasil Sem Miséria e os demais programas, a Secretaria os direcionava aos serviços da prefeitura conforme suas necessidades e visando o alcance dos ODM. As estruturas para o atendimento dessas famílias ficaram organizadas da seguinte forma:

- CRAS I e II
- CREAS
- SCFV
- COORDENADORIA DA MULHER
- NACAP

(PARAÍBA, 2015)

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – é a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo responsável pela organização e oferta de serviços de Proteção Social Básica nas áreas de risco Social. (PARAÍBA, 2015)

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social, responsável pela prestação de serviços de Proteção Social de Média Complexidade e oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. (PARAÍBA, 2015)

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – é o serviço especializado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrências de situações de risco social. Organiza-se em grupos de faixa etária, de 03 a 06 anos; 06 a 17 anos os idosos. (PARAÍBA, 2015)

COORDENADORIA DA MULHER – é responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas, programas, projetos e ações na área da saúde, segurança, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação e outras Oferece às mulheres a oportunidade de geração de emprego e renda, principalmente as que foram vítimas de violência doméstica ou em vulnerabilidade social. (PARAÍBA, 2015)

NACAP – Núcleo de Apoio à Criança e Adolescente – atua sobre medida de Proteção especial, de caráter excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas ou reinserção familiar. (PARAÍBA, 2015)

Os programas do Governo Federal aplicados no Município de Pombal são:

- Bolsa Família
- Brasil Sem Miséria
- Brasil Carinhoso
- Bolsa Verde
- Pro Infância
- Mais Educação
- Minha Casa Minha Vida
- Cisternas
- PAA

(PARAÍBA, 2015)

Programas da Prefeitura de Pombal, através da Secretaria da Saúde:

- PSE – Programa de Saúde na Escola
- Saúde na Praça
- Melhor em Casa
- 120X80
- Cuidando da Saúde do Homem
- Projeto Mãe Ingá
- Saúde para o Trabalhador
- DMI – Protegendo a Vida
- Pró-Hansen
- Educação Ambiental
- Pcnt – Controle TB
- Saúde Íntima – Prevenção e Controle
- Plantando e Colhendo Saúde das DST e AIDS
- Mães e Crianças Especiais
- Alegria de Viver Saudável
- CTA – Implantação do SAE
- Bela Vida
- Feliz Idade
- Terapia Comunitária (PARAÍBA,2015)

Outros projetos da prefeitura:

- Projeto Granjinha, e Cooperativa de Mulheres FLOR DE MANDACARU (PARAÍBA, 2015)

Durante o mandato da prefeita Pollyana Dutra, recebe vários prêmios em reconhecimento das Boas Práticas do município e de sua gestão em relação aos ODM:

- Prêmio para quem trabalha por um Brasil melhor
- Prêmio Josué de Castro de Boas Práticas na Gestão de projetos de Segurança Alimentar e Nutricional
- Gestor Eficiente da merenda escolar
- Prêmio Bibi Voguel
- Prêmio Caixa Melhores Práticas
- Prêmio Prefeito Amigo da Criança
- Selo UNICEF Municípios Aprovados
- Prefeito Empreendedor (ODM/BRASIL, 2017)

O Município torna-se uma “Cidade de Oportunidades”, essa foi a fala da prefeita Pollyana Dutra em cartilha lançada para demonstrar a evolução da cidade após as implementações dos programas e ações sociais para o alcance dos ODM. Dos quase 33 mil habitantes, em 2014, havia 21.576 pessoas cadastradas no CadÚnico, aptos para serem atendidos pelos programas sociais. Desse total, 11.734 eram do sexo feminino e 9.842 do sexo masculino. O cadastro fazia parte do diagnóstico que o município precisava realizar para conhecer as pessoas que se encontravam vivendo em extrema pobreza. Com esse cadastro verificou-se que 7.172 famílias tinham renda per capita familiar de até ½ salário mínimo.

Conforme a cartilha **REDE SUAS – Avanços, desafios e perspectivas no município de Pombal**, elaborada pela prefeitura de Pombal, a educação em tempo integral foi uma estratégia utilizada no combate à extrema pobreza, sendo priorizadas para integrar o programa Mais Educação, escolas em que o percentual de mais de 50% dos alunos são beneficiários do Bolsa Família. Garantido ao aluno oportunidade do aprendizado curricular normal e outras atividades como: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esportes e artes. Ainda na área educacional, foram ofertados cursos profissionalizantes gratuitos para pessoas maiores de 16 anos, dando preferência aos inscritos no CadÚnico. Conforme dados da prefeitura, de 2012 a 2014 foram realizadas 627 matrículas em cursos do PRONATEC. (PARAÍBA, 2015)

Na educação Infantil houve aumento das vagas nas escolas e em creches, Em relação a educação não formal, 100 famílias, entre agricultores familiares, tiveram auxílio para melhorarem as suas atividades produtivas. Em se tratando da agricultura familiar, 51 famílias até 2014, receberam recursos para a implantação de projetos de estruturação produtiva. Estava previsto para o segundo semestre de 2014, a contemplação de 93 agricultores com a Compra Direta da Agricultura Familiar, beneficiando mais de 4.000 famílias em risco pessoal e social, recebendo estas os gêneros alimentícios, através de 18 entidades. (PARAÍBA, 2015, p.23)

A saúde também foi uma área em que a população do município obteve acesso a diversas especialidades. Além de toda a estrutura acima demonstrada e os projetos de saúde elaborados pela Secretaria de Saúde do município, este dispõe de: 12 Unidades Básicas de Saúde, 01 Unidade de Pronto Atendimento – UPA, 3 Centros de Atendimento Psicossocial (01 Tipo 1; 01 Infantil e

01 para Dependentes de Álcool e Drogas) e a Policlínica Dr. Antônio Avelino de Queiroga que disponibiliza a comunidade 36 especialidades. As gestantes tem acompanhamento pré-natal. No município são registradas 165 gestantes e nutrizes contempladas com o Bolsa Família em 2014.

Desde 2009 o Projeto Granjinha tem beneficiado 40 agricultores, mas em 2014 esse número seria duplicado, atendendo a várias comunidades do município. A proposta do projeto é a criação de galinhas caipiras, onde os agricultores têm o apoio da prefeitura, que doava 30 pintos para cada beneficiário, além da ração, comedouro e bebedouro. Garantindo também a compra da produção pelo município, que destinará o produto para a rede municipal de educação. (PARAÍBA, 2015, p.23) Este é um projeto que exemplifica as ações já existentes no município, que podiam ser alinhadas para o alcance das metas ODM.

Na habitação foram 510 unidades habitacionais. Destas 176 já foram entregues, 84 estavam em andamento e 250 em fase contratual. Dos 84 em andamento, 34 fazem parte de Projeto Técnico Social de corte e costura, doces e salgados, artesanato e reciclagem com material PET. Muitas dessas unidades habitacionais foram construídas através do Programa Minha Casa Minha Vida.

No cadastramento realizado pela prefeitura através do CadÚnico, foram identificadas 336 famílias sem acesso a água. Entretanto, conforme a prefeitura, de 2011 a 2014, foram entregues 336 cisternas de armazenamento de água para consumo, atendendo assim essas famílias.

Embora pareça haver uma disparidade nas datas entre a adesão da **Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, em 2013 e alguns dados com datas anteriores, isso se deve à prefeita Pollyana Dutra, estar no seu segundo mandato. Então ela já estava familiarizada com os problemas do município, mas através dos ODM, a prefeita pôde elaborar um plano de ação de forma clara e direta, com ferramentas fornecidas pelas metas e índices dos Objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda ODM é o resultado de metas globais (não alcançadas) desde a década de 1960, suscitando preocupação por parte das Nações Unidas que buscou por soluções aos problemas globais não resolvidos. As soluções virão a partir das várias Conferências Internacionais ao longo dos anos de 1990. Em 2000, durante a Cúpula do Milênio, a ONU com a participação de líderes de 191 países elaboram a Declaração do Milênio e seu desdobramento no ano de 2001, resultou nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A finalidade principal dessas metas globais é o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, através da erradicação da fome e da extrema pobreza entre os anos de 2001 e 2015. Mas, o desenvolvimento proposto, não é o econômico, este será consequência dos resultados das metas. O desenvolvimento relacionado aos ODM é o Humano. O conceito de Desenvolvimento Humano é apresentado e tem como inspiração o pensamento de Amartya Sen, que tem o desenvolvimento como liberdade de oportunidades e capacidades das pessoas. Liberdade de escolher quem quer ser e a oportunidade de realizar a sua escolha. (SEN, 2000, p.17)

Conforme o PNUD(2017), esses são objetivos de desenvolvimento que se adotados e cumpridos, possibilitam construir um mundo melhor e mais justo para todos e todas. Percebe-se então que o desenvolvimento é tratado como um projeto amplo, de longo prazo e evoluirá ao longo de sua implementação.

A experiência brasileira no combate a fome e pobreza, concedeu vantagem ao país ao aderir e implantar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ainda que durante a vigência da Agenda, três presidentes governaram a nação, sem, contudo, isto alterar ou afetar negativamente os resultados esperados.

Em um primeiro momento, no início da implementação dos ODM, o Brasil alcança algumas metas, mas ao observar de forma desagregada os dados por regiões, estes apresentam lacunas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Desta forma, ao se adotar a estratégia de municipalização, o governo federal consegue preencher muitas destas lacunas. A adesão dos municípios aos ODM através da **Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, tornou-se importante por este conhecer os problemas locais e ter maior proximidade com a população, o que em nível Federal e Estadual não ocorreria. A municipalização propiciou aos municípios uma maior participação na gestão de recursos e a possibilidade de realizar parcerias com instituições públicas e privadas. Esse processo de internalização dos ODM provoca melhor interação entre os níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), além da participação da sociedade civil para o alcance dos Objetivos.

O Município de Pombal é um exemplo de todo esse esforço e trajetória. Inicialmente com adesão da Agenda Pública de Compromisso e nas escolhas das políticas elaboradas pelo Governo

Federal. Estas além de se alinharem as metas dos ODM, eram direcionadas para a resolução dos problemas locais. Este município, respondeu positivamente a Agenda global, ao realizar uma gestão participativa e se atendo a realidade de sua população. Para isso alinhou projetos já existentes no município de modo a beneficiar mais pessoas ou famílias. Durante a adesão e implementação dos ODM pela Prefeita Pollyana Dutra, esta se encontrava em seu segundo mandato como gestora, tendo assim o conhecimento dos problemas locais. O que faltava então, era um plano claro e objetivo de ação que direcionasse seus projetos para a resolução desses problemas.

Diante de todos os projetos e dos resultados demonstrados, entendemos que mesmo um município pequeno, no sertão paraibano, pode alcançar o desenvolvimento. Desenvolvimento esse voltado para as capacidades e oportunidades das pessoas, sendo dado a essas pessoas acesso à qualidade de vida. Aqui as pessoas desfrutam a expansão das liberdades reais. (SEN, 2000, p.17) O Município de Pombal demonstrará através de suas políticas públicas, projetos e ações torna-se possível a implementação e êxito de uma agenda global em nível local.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOV, Oleg. CONDÉ, Eduardo Salomão. **Entre continuidade e ruptura: Análise em dois níveis das agendas sociais dos governos FHC e Lula.** *in:* 38º Encontro Anual da ANPOCS – GT 12, Desenvolvimento: caminhos e descaminhos de um debate contemporâneo, Caxambu – M G, 2014.

AGENDA PÚBLICA. **Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio–Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local.** Agenda Pública–Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (elaboração), São Paulo: [s.n.], 2009.

ALVES, J. **Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências.** Brasília: IBRI, 2001.

ANDRADE, L. **A resposta brasileira aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o papel do governo nacional e o envolvimento de governos subnacionais.** Estudos Internacionais, v. 2, n. 2, jul-dez2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8202>>. Acesso em: 06.05.2017.

BARCELLOS, Frederico C.; CARVALHO, Paulo G. M. d. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2015.

BRASIL. AGENDA PÚBLICA – AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS. (Org.). **Guia para a Municipalização dos Objetos do Milênio: Referências para adaptação de indicadores e metas à realidade local.** São Paulo: Fuego Comunicação Criativa, 2009. 50 p. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/guide-municipalizacao>>. Acesso em: 13 de jan. 2017.

BRASIL. Brasil. Secretaria de Relações Institucionais/Secretária-geral da Presidência da República (Ed.). **Guia de apoio para o alcance das metas: Municípios fortes, Brasil Sustentável.** Brasília: Imprensa Nacional, 2015a. 98 p. Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <http://encontrocomprefeitos.portalfederativo.gov.br/arquivos/Agenda_completa.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

BRASIL. Portal Brasil. Governo Federal. **Brasil é exemplo na redução da pobreza, segundo relatório da ONU.** 2015b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-ejustica/2015/09/brasil-e-exemplo-na-reducao-da-pobreza-segundo-relatorio-da-onu>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. **Portal ODM.** Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2017

BRASIL. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (Org.). **Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <<http://www.br.undp.org/>>. Acesso em 02 abr. 2017

BRASÍLIA (Cidade). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - acesso em 15 de abril de 2019.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, Ed. UNB. 2011

CORREIA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

Declaração do Milênio das Nações Unidas – Cimeira do Milênio, Nova Iorque, 6- 8 de setembro de 2000.

CARVALHO, Jacqueline Liedja Araújo Silva. **Análise da sustentabilidade da atividade bovina leiteira no município de Pombal – Paraíba, 2013**. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2013.

DOWBOR, Landislau. **Municípios e Gestão descentralizada**. In: Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Coletânea de artigos/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2015, 224p.: II., gráfs., mapas color.

HALL, P; TAYLOR, R. “**As três versões do neo-institucionalismo**”. Lua, 2003.

HAQ, Mahbub Ul. **Reflections on Human Development**. New York: Oxford University Press, 1995.

HULME, David. **The Millennium Development Goals (MDGs): a short history of the world’s biggest promise**. Brooks World Poverty Institute, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www2.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 04 de abr. 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA, AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 – 2013**, Brasília: 2016.

Lima, Marie Teresa de Lisa e Silva e. **Implementação e apropriação nacional de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2017, 87f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Paraná, João Pessoa, 2017.

Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/> - Acesso: 11/12/2018

Ministério da Saúde – Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/> - Acesso: 06/09/2017

Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/> - Acesso: 11/12/2018

Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/portal-mte/> Acesso: 08/09/2017

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. 2000. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em: 15.05.2017

MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE – MNCS, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA- SG-PR– **Municipalização dos ODM e participação social, 2011** . Disponível em:

[http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/sistema-de-assessoramento-federativosasf/reunioes/2011/06-12-2011/apresentacao-belo-horizonte-wagner .pdf/view](http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/sistema-de-assessoramento-federativosasf/reunioes/2011/06-12-2011/apresentacao-belo-horizonte-wagner.pdf/view) . Acesso em 02 de maio de 2019.

_____. **O futuro que queremos**. 2012. Disponível em: <<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>>. Acesso: 15.05.2017.

_____. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: Alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão**. Investig. Desenvolvimento. 2008, vol.16, n.2, pp.184-213. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-32612008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso : 06.05.2017.

ODM Brasil. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/>. Acesso: 14/05/2017

ODM, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Estratégias da Gestão Municipal para Redução da Pobreza no Planeta Até 2015** / Confederação Nacional dos Municípios; Nós Podemos Paraná e Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – Orbis (elaboração), Brasília: CNM : PNUD, 2008

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Disponível em: <http://www.fao.org/brazil/pt/> - Acesso : 11/12/2018

Paraíba. Prefeitura Municipal de Pombal – **REDE SUAS – Avanços, desafios e perspectivas no município de Pombal**, Pombal, 2015.

Planalto. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/>> Acesso em: 07 jan. 2013.

Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>> Acesso em: 06 jan. 2017

Portal Federativo. Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/> - Acesso: 12/08/2017

Portal ODM. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>> Acesso em: 25 mai. 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL – Disponível em: <https://www.pombal.pb.gov.br/#>. Acesso em 02 de maio de 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> acesso em: 06/05/2016

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home.html> - Acesso: 16/05/2015

Relatório de visão de Estado: PB. Disponível em: <<http://www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br/agendaCompromisso/PrincipalUC/PrincipalUC.do?Usr=guest&Pwd=guest>> . Acesso em 02 de maio de 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Balço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** Relações Internacionais, Lisboa, n. 44, p. 25-35, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 de maio 2019

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SRI; SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SG-PR. **Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Governo Federal e Municípios 2013 – 2016.** 2013

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SG-PR). **Brasil é Referência Mundial no Combate à Pobreza e à Desigualdade.**

SG-PR. Disponível em:

<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/02/08-02-2013-pnudbrasil-ereferencia-mundial-nocombate-a-pobreza-e-a-desigualdade> Acesso em: 12 set. 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras 2000. Tradução de: Laura Teixeira Motta; Revisão Técnica de: Ricardo Doniselli Mendes.

SILVA, Ariadne Celinne de Souza; SILVA, Celeida Maria C. S. **A convenção do milênio e sua efetividade como fonte de uma ordem mais justa e democrática no Brasil.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100049&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 06 Mai. 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** 2006.